

**O** texto que segue foi publicado no Jornal da Unicamp, em dezembro de 1994, sob o título "Novo tom para o debate sobre a pesquisa". Seu objetivo de "municar o debate" que a Reunião de Trabalho sobre Política de Pesquisa iria propiciar levou a que fosse incluído no presente caderno.

Como tem sido divulgado, será realizada na Unicamp, no início de Dezembro, uma Reunião de Trabalho sobre "Política de Pesquisa para a Universidade". Trata-se de uma reunião informal em que colegas reconhecidos pela sua experiência e liderança como pesquisadores em diferentes áreas de conhecimento discutirão aspectos que considerarem relevantes do tema.

Esta discussão, que se inicia pela indagação da conveniência de adotar uma política explícita para orientar nosso trabalho de pesquisa não é nova. Artigos ou simples pronunciamentos de professores de nossa universidade (e até de seus dirigentes, como o ex-reitor Paulo Renato de Souza) têm aparecido neste e em outros jornais há, pelo menos, uma década. Nuances à parte, todos

# **UMA PROVOCAÇÃO DO MODERADOR DA REUNIÃO DE TRABALHO**

RENATO DAGNINO

eles defendem a adoção uma política de pesquisa baseada em dois elementos: (a) que ela seja definida de forma participativa, multidisciplinar e conjunta; (b) que à meta da qualidade acadêmica sejam adicionadas a da interdisciplinaridade e a da relevância social como balizamentos para a atividade de pesquisa universitária.

Em tempos mais recentes, os candidatos a Reitor alinharam-se com essa posição. Em particular, enfatizaram que a atividade de pesquisa da Universidade deveria crescentemente contemplar as necessidades sociais.

Por que então discutir novamente um tema acerca do

qual parece haver consenso? A primeira resposta é porque, apesar dele, muito pouco foi feito. Porque ainda não foi possível modificar uma situação de omissão em que uma "não-política" termina por deixar ao sabor de injunções externas o direcionamento de nossa pesquisa. Porque não conseguimos transitar de uma política para a pesquisa - isto é, que visa a reprodução do potencial humano e material para a pesquisa - a uma política de pesquisa - isto é, que oriente este potencial de acordo com prioridades explicitamente estabelecidas, de natureza científica, econômica, ou social.

Mas há outras respostas possíveis. Elas apontam para as duas questões acima indicadas: uma ainda jovem - a da interdisciplinaridade - e outra que, mesmo em ambientes novos como o latino-americano, já é bem "entrada em anos" - a da relevância social. Dado que elas receberam recentemente um tratamento inovador em importantes estudos acerca do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e buscando evitar a polarização que podem causar as opiniões pessoais, neles me baseio para mostrar que, ainda mais do que no passado, é necessário enfrentar o tema da política de pesquisa. Além do que, como se trata de recomençar um debate, nada melhor do que colocar em cena novas posições.

O primeiro aspecto - o da interdisciplinaridade - é o menos polêmico. Sobre ele destaco um trecho relativo à realidade dos países desenvolvidos tomada como referência no estudo "Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global", coordenado por Simon Schwartzman (como o seguinte, este trabalho foi recentemente elaborado por

dezenas de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sob o auspício de agências nacionais e internacionais).

*"As formas tradicionais de organização do ensino e pesquisa científica estão sob questionamento. Discute-se hoje se a divisão dos departamentos acadêmicos e das instituições científicas segundo as diferentes disciplinas e áreas do conhecimento é a mais adequada e capaz de oferecer as condições apropriadas para a formação e o desenvolvimento de pesquisa*

### **As formas tradicionais de organização do ensino e pesquisa científica estão sob questionamento**

*interdisciplinar. Ao mesmo tempo, não existem alternativas claras à organização do ensino segundo os moldes tradicionais, gerando novas fontes de tensão entre ensino e pesquisa. As agências governamentais de apoio à ciência estão em processo de revisão e transformação. As relações entre universidades, os governos e a indústria estão profundamente alteradas pelos novos padrões de ensino técnico, pesquisa cooperativa e financiamento, o*

*que tem gerado novas oportunidades e tensões."*

Não parece haver dúvida de que a maneira mais sensata de enfrentar o desafio de adequar nossa universidade à nova realidade, referida por Schwartzman como a do "mundo global", é começar pela pesquisa interdisciplinar. É através dela que poderemos nos contrapor à obsoleta tendência à especialização e compartimentalização excessivas e gerar conhecimentos que nos permitam enfrentar com criatividade os problemas de nossa realidade. É também através dela que poderemos reorientar nossa docência, hoje inerte ante o dilema de formar profissionais para um "mercado"

que reproduz um passado que queremos mudar, ou preparar para um futuro que se afigura a um reflexo distorcido das sociedades ditas avançadas mas que sabemos "sem futuro".

O segundo aspecto, bem mais polêmico, é o da adoção de um critério subsidiário ao do mérito científico - o da relevância social - como um balizamento para a pesquisa universitária. Sobre ele me reporto aos "Estudos Analíticos sobre o Setor de Ciên-

cia e Tecnologia no Brasil”, coordenado por Francisco Biato. Ele expressa uma visão até há pouco restrita à tecno-burocracia, mas crescentemente aceita no meio acadêmico.

À semelhança do que ocorreu em muitos outros países em função do “contrato social” que se consolida após a Segunda Guerra, o trabalho constata que, no Brasil, *“... desenvolveu-se no interior dos grupos universitários e de pesquisa a concepção segundo a qual a atividade científica se auto-justifica. Em consequência, consolidou-se a idéia de que ao cientista compete o exercício eficiente de suas atividades e ao Estado as garantias de funcionamento das ciências ...”*

Como resultado dessa situação, teria ocorrido um privilégio da *“... pesquisa pela pesquisa, segundo as lógicas internas das disciplinas”* em detrimento *“dos objetivos perseguidos pelo Estado”*. A alocação de recursos pelas agências de fomento se daria *“... exclusivamente segundo critérios e procedimentos definidos pela própria comunidade acadêmica - a avaliação do mérito científico realizado pelos pares.”* Mas a influência da comunidade de pesquisa se verifi-

caria não só no âmbito das agências: *“... também no nível político mais elevado do sistema de C&T, têm-se privilegiado as contribuições da comunidade científica na definição das prioridades.”*

Uma das colocações centrais deste e do trabalho anterior a este respeito é que é necessário *“... um novo “contrato social” entre o Estado e os cientistas, envolvendo mecanismos inovadores de apoio e sinalização, capazes de induzir o engajamento dos pesquisadores no desenvolvimento de atividades de investigação de relevância econômica, social e estratégica.”*

Essa proposta parece demandar uma postura semelhante à que vem sendo veiculada no âmbito da OECD para enfrentar os problemas ambientais. Trata-se da implementação de algo parecido aos “mission oriented programs” realizados nos países avançados para alcançar objetivos estratégicos (quase sempre de natureza militar), em curto espaço de tempo e mediante a cooperação de diferentes organizações e equipes de pesquisa.

Ela esbarraria, entretanto, em obstáculos institucionais corretamente identificados no trabalho. O primeiro é o modo de atuação das agên-

cias de fomento: *“... por favorecer as iniciativas individuais ou de pequenos grupos, deixa pouco espaço, no caso das universidades, para as políticas e prioridades definidas institucionalmente. Assim, aqueles grupos, apesar de produtivos, acabam não conduzindo investigações que remetem aos planos e programas governamentais, os quais, em princípio, contemplariam os grandes desafios do processo de desenvolvimento econômico e social.”*

O segundo seria interno à própria universidade: *“... diante da incapacidade que revela em definir e fazer valer suas políticas próprias nessas áreas, acaba dividida entre os interesses dos que privilegiam a pesquisa e dos que defendem maior ênfase para as atividades de ensino. Os primeiros, com o apoio das agências governamentais de fomento, acabam constituindo verdadeiras administrações paralelas, com lógicas e interesses próprios, balizados principalmente pelos critérios de relevância das próprias disciplinas, os quais terminam sendo assumidos pelas agências de fomento como fatores essenciais de decisão. Como resultado, a pesquisa universitária se divorcia dos planos*

*e programas do Governo e dos interesses maiores sinalizados pela sociedade."*

O remoção desses obstáculos demandaria ações no âmbito interno e externo à universidade. No interno, *"...medidas capazes de permitir à universidade atuar como instituição, em vez de mero agregado de grupos, incluiriam, necessariamente, a convocação da comunidade universitária para definir objetivos claros e estabelecer prioridades internas."* No âmbito externo, *"... seria preciso repensar os instrumentos de apoio e estímulo, de modo que as agências, em lugar de propiciarem a implantação de clivagens inconvenientes no interior das instituições, funcionassem como importante agente de fortalecimento institucional."*

Embora continue sendo polêmica, a questão do critério social adquire, a partir de agora, um outro patamar de discussão. Estão indicadas as responsabilidades e as direções possíveis de mudança. Cabe à universidade adaptar-se criativamente ao que tende cada vez mais a ocorrer em outras áreas de política pública. Nelas se reconhece como necessário adotar novos critérios de atuação e criar mecanismos mais participativos e eficazes de toma-

da de decisão internos às organizações, de modo a reforçar sua representatividade no contexto mais amplo em que atuam.

Para finalizar, aponto dois outros argumentos que abordam questões distintas daquelas duas até aqui tratadas. O primeiro, dos "pragmáticos", é o de que o estreitamento da relação universidade-empresa seria uma forma, mais do que suficiente, adequada, para direcionar a pesquisa universitária. É interessante destacar que ambos os trabalhos, embora recomendem esse estreitamento, seguem a literatura internacional a respeito da pouca esperança que nele depositam. Na realidade, e independentemente de juízos de valor acerca de sua conveniência, o aumento da relação universidade-empresa, quando encarada como uma maneira de orientar a pesquisa universitária, parece não encontrar fundamento factual. Mesmo na situação norte-americana, que tem servido de modelo para a análise desta questão em nosso país, isto está longe de ocorrer. O fato de que menos de 2% do gasto empresarial em P&D é alocado na universidade, sendo que este valor representa menos de 6% dos recursos gastos em pesquisa

universitária, não deixa lugar a dúvidas. É ínfima a importância da pesquisa universitária para a atividade das empresas, e é também diminuto o seu papel direcionador sobre a universidade. Vale destacar que, por várias razões de tipo estrutural, é muito provável que este papel seja ainda menor no caso brasileiro.

O segundo argumento, dos "anti-corporativistas", é aquele que considera inconveniente a própria pesquisa universitária. Dentre os que o defendem está um estudo realizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, e noticiado pela Folha de São Paulo. Ele aponta como uma das causas do desperdício, que atingiria 1/3 do PIB brasileiro, os gastos em "pesquisas nas universidades sem apresentação de resultados" que atingiriam um valor de 1 bilhão de dólares. Embora represente uma posição extrema, quase folclórica, merece consideração dada a repercussão que vem alcançando em alguns círculos. Ele é um claro sintoma de que cabe à universidade indicar, de forma muito mais clara do que vem fazendo, o que pode realizar em benefício da sociedade.

---

*Renato Dagnino é professor do Instituto de Geociências/Unicamp*